

## **A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A DESNACIONALIZAÇÃO DO AGRÁRIO NO BRASIL**

**Horacio Martins de Carvalho**

Engenheiro Agrônomo.

Consultor junto a movimentos e organizações sociais populares no campo.

Autor de vários textos sobre o campesinato, planejamento e organização social no campo.

### **O AGRONEGÓCIO E A ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO<sup>1</sup> DOS RECURSOS NATURAIS**

O capital financeiro no campo procura otimizar seus lucros ao incrementar seus investimentos em grandes empresas capitalistas a partir de estratégias de negócios nos setores agroalimentar e florestal e na aquisição e ou arrendamento de terras.

As opções empresariais por eles consideradas como promissoras para ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação são as estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. E tudo isso numa tendência crescente de desnacionalização consentida do agrário brasileiro.

Esses processos se dão pela reprodução e aprimoramento histórico das práticas da burguesia mercantil e depois financeira de pilhar os recursos naturais do país, degradá-los e poluí-los, e de promover, pela pressão da grilagem e ou da aquisição das terras dos povos do campo, o esvaziamento populacional do campo sempre e quando a presença camponesa deixa de ser orgânica aos seus interesses de classe.

O agronegócio assim reproduzido tem obtido resultados financeiros que lhe são altamente favoráveis apesar da escolha pela oferta e comercialização de produtos para exportação em detrimento dos produtos de consumo alimentar e da absoluta indiferença com a dominação exercida pelas empresas capitalistas transnacionais no agrário brasileiro.

Essa concentração de renda e da riqueza pelas empresas capitalistas no campo vem se concretizando --- como outrora no período colonial, com o apoio massivo das políticas públicas governamentais. Seus negócios caminham “pari passu” com os negócios dos governos. E, esta escolha de favorecimento político dos governos aos grandes negócios agropecuários e florestais privados nacionais e estrangeiros não apenas compromete a soberania alimentar nacional como contribui ao mesmo tempo para a acumulação via espoliação dos recursos naturais e a exploração dos trabalhadores do país.

No âmago do sinistro desenrolar desse modelo capitalista de desenvolvimento rural tanto as pessoas como a natureza se tornam mercadorias. E os povos laboriosos do campo --- como a massa de camponeses, os ribeirinhos, os extrativistas, os quilombolas e os povos indígenas camponeizados --- são mal vistos pelos empresários do agronegócio, não apenas porque

---

<sup>1</sup> HARVEY, DAVID (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, pp. 115 ss

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

diferentes dos capitalistas, mas, sobretudo, por considerarem como o centro das suas racionalidades e emoções a reprodução social da família e não o lucro; por serem persistentes e duradouros no seu modo distinto de produção, de extrativismo e de viver; por desfrutarem uma relação amorosa com a natureza.

Capitalistas e camponeses, duas concepções de mundo inteiramente distintas e, a meu ver, antagônicas.

Nesse contexto histórico as desigualdades sociais no campo tendem a crescer, sobretudo porque a articulação entre governos e as classes dominantes converteram a vida do campo em apenas um negócio que cresce e deslumbra os olhares cobiçosos e desumanizantes da burguesia mundial.

A concentração da terra, da renda fundiária, da riqueza desses negócios e o desprezo insanável pelas pessoas são os elementos fundantes, as cláusulas pétreas, do que-fazer das empresas capitalistas no agrário brasileiro.

Os dados estatísticos sobre imóveis rurais obtidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para os anos de 2003 e 2010 evidenciam que a concentração da terra em grandes propriedades é um caminho que se reafirma historicamente no Brasil. De 2003 a 2010 as grandes propriedades ampliaram a área total dos imóveis desse estrato em 104 milhões de hectares. O aumento nesse período do número desses imóveis foi de 18.052 unidades, sendo bem provável que essa expansão da área total das grandes propriedades tenha sido consequência do avanço da fronteira agrícola, em especial sobre os cerrados e a região amazônica.

A área total apropriada pelos imóveis considerados grandes propriedades (INCRA) em relação à área total de todos os imóveis do país aumentou de 51,63% em 2003 para 56,12% em 2010. Cresceu também a média aritmética simples das áreas das grandes propriedades: em 2003 era de 1910 hás e em 2010 de 2.443 hás. No entanto, o número das grandes propriedades em relação ao total de imóveis rurais do país caiu de 2,62% em 2003 para 2,53% em 2010. Houve, certamente, uma concentração da apropriação privada da terra.

No entanto a ampliação da área média das grandes propriedades não teve como correspondência uma ampliação relativa do seu aproveitamento produtivo, evidenciando a natureza social e ambientalmente predatória de seus negócios. Assim, em 2003 a percentagem do número de imóveis considerados como grande produtivo em relação ao total de imóveis classificados como grande propriedade era de apenas 48,13%. Em 2010 essa relação caiu para 46,95%. Ou seja, ainda que se tenha aumentado a média da área dos imóveis considerados como grandes propriedades e crescido o apoio incontestável das políticas públicas houve diminuição relativa do número de grandes propriedades consideradas como produtivas.

A apropriação privada da natureza, amplo senso, e a desnacionalização das agroindústrias com predomínio de capital da burguesia nacional, tem permitido que sob novas roupagens e discursos se racionalize a apropriação das terras para mantê-las como reserva de valor, já que

mundialmente vai se tornando relativamente exígua a disponibilidade de terras agricultáveis ainda não apropriadas pelos capitalistas e, portanto, que ainda não se inseriram no mercado mundial de terras.

Essa acumulação via espoliação do campo no Brasil contemporâneo é a resultante de um pacto estratégico da economia política<sup>2</sup> entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado. Um exemplo desse pacto estratégico da economia política pode ser ilustrado pela notícia<sup>3</sup> (em 29 de maio de 2013) de lançamento pelo Governo Federal de edital no valor de R\$ 1 bilhão para financiar projetos de agronegócio, edital esse que faz parte da primeira de três rodadas, estas no valor total de R\$ 3 bilhões do programa Inova Agro.

A viabilização dessas iniciativas espoliadoras requereu --- ademais dos recursos públicos abundantes disponibilizados, novos arranjos institucionais no nível da economia e da sociedade política. Tais arranjos institucionais se constituíram no âmbito de uma coerção político-econômica acrescida ou emoldurada por um poderoso e abrangente aparato de afirmação da hegemonia (direção intelectual e moral), de maneira a disseminar massivamente uma racionalidade inspiradora de um discurso persuasivo para fundamentar ideologicamente a suposta excelência da racionalidade do agronegócio e da acumulação via espoliação em relação a outros modos de produção como, por exemplo, o do camponês contemporâneo.

A reafirmação positiva do agronegócio pelas classes dominantes do país, sempre integradas e dependentes do capital transnacional, tem considerado que a exploração dos trabalhadores, a degradação do meio ambiente e a desnacionalização do agrário são iniciativas necessárias para o progresso capitalista. Eximem-se de qualquer apreço ou consideração pela reprodução social dos povos da terra e pela soberania nacional.

A negação econômica e social da reprodução social dos camponeses e a prática da sua desterritorialização pela expansão capitalista no campo tem sido, ademais, objeto de cínica e simplista aceitação pela opinião pública e pelos governos que em uníssono dão respaldo às teses dominantes de que tais economias camponesas são tendentes à marginalização na formação econômica e social brasileira sob a dominação do modo de produção capitalista contemporâneo.

## **A DESNACIONALIZAÇÃO CONSENTIDA NO CAMPO**

Os grandes proprietários de terras ao se reproduzirem socialmente no âmbito do pacto estratégico da economia política, anteriormente referido, exercitam sua dominação no campo sob a aquiescência do Estado e com a colaboração ativa dos governos, seja em relação à acumulação via espoliação dos recursos naturais seja no que se refere à crescente dependência estrutural da

---

<sup>2</sup> DELGADO, GUILHERME COSTA (2012). Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre, Editora da UFRGS/PGDR.

<sup>3</sup> <http://oglobo.globo.com/economia/governo-lanca-edital-de-1-bilhao-para-financiar-projetos-de-agronegocio-8533914#ixzz2Uj6odV5e>

economia rural às empresas capitalistas transnacionais de insumos, de agroindustrialização e de comercialização de *commodities*.

Essa postura de convivência cúmplice e de submissão às empresas transnacionais de insumos no país é potencializada pelo agronegócio. Para o agronegócio no Brasil o produtivismo insano que lhe conspurca a sensatez e o torna cativo das empresas transnacionais de insumos, em especial daquelas que oferecem sementes geneticamente modificadas --- sejam elas as transgênicas e as mutagênicas, é respaldado por um Estado que é orgânico e subalterno aos interesses dominantes. E para as empresas capitalistas agrárias esse modelo de produção e tecnológico é o que mais lhe convém financeiramente num contexto marcado pela acumulação via espoliação.

O Produto Interno Bruto - PIB do agronegócio alcançou 22,3% do PIB brasileiro em 2010, totalizando R\$ 821 bilhões. O agronegócio é o principal responsável pelo superávit da balança comercial brasileira, representando 37% do valor total das exportações do país.<sup>4</sup> Nessa perspectiva objetiva, o governo federal sob as mais diversas gestões tem sido cúmplice dessa acumulação via espoliação no âmbito de um processo crescente de desnacionalização da economia do país.

A economia brasileira é cada vez mais articulada ao capitalismo internacional ao ponto de nos transformar novamente em um país dependente do tipo agromineral exportador, tendo como um dos resultados negativos o de contribuir para a desindustrialização da economia. O setor industrial chegou a pesar 38% do PIB na década de 1980. Hoje (2012) pesa apenas 15% do PIB da economia nacional.

A crise que se abateu sobre o capitalismo financeiro internacional (2008) gerou para o Brasil um efeito contraditório, pois um grande volume daquele capital fictício, para evitar o risco de se perder, correu para se abrigar no Brasil. Chegaram aqui, de 2008 para cá, algo em torno de 200 bilhões de dólares por ano.

Nesse contexto histórico onde prevalece a acumulação via espoliação não surpreende que no setor sucroalcooleiro, por exemplo, em apenas três anos o capital estrangeiro passou a controlar 58% de todas as terras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e etanol. Hoje, três empresas controlam o setor: Bunge, Cargill e Shell!

A corrida por terras agrícolas levou investidores estrangeiros a adquirir pelo menos 83 milhões de hectares em países em desenvolvimento entre 2000 e 2010, segundo o Deutsche Bank. O total equivale a 1,7% da área agricultável global e é muito superior aos 50 milhões de hectares utilizados para o plantio de grãos no Brasil na safra 2012/13. O Brasil é um dos alvos da cobiça estrangeira, liderada por China, Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Bahrein e investidores dos EUA. As compras de terras brasileiras somaram 2,6 milhões de hectares no período. Para o banco, o objetivo dos investidores é garantir acesso a alimentos e água<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Doing Agribusiness in Brazil. PwC.com.br., 2012 Adaptado por PwC Agribusiness Research & Knowledge Center, p. 16; fontes CEPEA, MDIC/SECEX (2011).

<sup>5</sup> ASSIS MOREIRA. Uma corrida por terras de emergentes. Valor Econômico, 16 de novembro de 2012.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Essa apropriação massiva de terras pelo capital foi acompanhada de sua exploração para fins de produção (*commodities*) para agroexportação, de tal maneira que apenas quatro grupos de produtos agropecuários e florestais responderam, em 2010, por 75% das exportações brasileiras de produtos de origem rural: soja e derivados, 22 %; carne e couros, 25%; madeira, celulose e papel, 17%; açúcar e álcool, 11%.<sup>6</sup>

É evidente a oligopolização da oferta e comercialização de produtos agropecuários por apenas 10 grandes empresas transnacionais (Bunge Alimentos, Cargill, Souza Cruz, Sadia [antes da fusão com a Perdigão], Brasil Foods [Fusão Sadia com Perdigão], Unilever, Copersucar, JBS, Nestlé e ADM). Esse grupo de empresas transnacionais alcançou 59,9 % do Valor Bruto da Produção – VBP agropecuária do país na safra 2009/2010.<sup>7</sup> Essa concentração econômica sugere que tanto a ocupação da terra como os produtos a serem plantados estão sendo determinados pelos interesses oligopolistas dessas empresas.

No primeiro semestre de 2012 as corporações estrangeiras adquiriram 167 empresas de capital nacional na maior liquidação de empresas privadas brasileiras num único semestre de toda a história do país, batendo o recorde do primeiro semestre de 2011 (94 empresas desnacionalizadas). Isso não é de se surpreender considerando-se que o mercado global de *commodities* é controlado por apenas dez (10) grandes empresas transnacionais: Vitol, Glencore, Trafigura, Cargill, Gunvor, ADM, Noble, Mercuria, Bunge e Phibro.<sup>8</sup>

Não é de se estranhar, ademais, que com tamanhas facilidades para a acumulação via espoliação dos recursos naturais do país os trabalhadores rurais também sejam submetidos às condições análogas ao trabalho escravo.

[...] A pecuária, a produção de carvão vegetal para o beneficiamento de minério de ferro e a construção civil são os setores da economia dos quais o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mais resgatou trabalhadores em condições análogas às de escravo durante o ano de 2012. Tais segmentos estão entre os que apresentam o melhor desempenho econômico no Brasil atualmente...

[...] Com um montante de US\$ 15,62 bilhões exportados em carne no ano passado, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, a pecuária apresenta casos de trabalho escravo normalmente associados ao desmatamento ilícito na região da Amazônia legal. Normalmente, as vítimas resgatadas são empregadas na abertura de pastos para a criação de gado, na aplicação de agrotóxicos para o terreno ou então na construção de cercas...

A madeira recolhida a partir da derrubada das matas para abrir pastagem aos animais, por sua vez, serve como base para a produção de carvão vegetal que, com frequência, é usado na cadeia produtiva do beneficiamento de minério de ferro. Em fiscalização ocorrida no fim de 2012, um grupo de 150 trabalhadores foi resgatado de duas carvoarias que estavam fornecendo para indústrias siderúrgicas no pólo de Marabá, no Pará.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Fonte: MAPA.

<sup>7</sup> Fonte: Portal Exame, Negócios. Márcio Juliboni, in EXAME.com (15/09/2010; 20:51)

<sup>8</sup> ARAÚJO, ANDRÉ (2013). As dez tradings que dominam o mercado global de commodities. Blog Luis Nassif, 11 de maio.

<sup>9</sup> ZOCCHIO, GUILHERME. Pecuária lidera ranking de escravidão em 2012. IHU, Notícias on-line 04 de junho de 2013. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520650-pecuaria-lidera-ranking-de-escravidao-em-2012>.

Não resta dúvida alguma que a lucratividade do complexo agroindustrial sob o domínio das grandes empresas transnacionais vincula subalternamente cada vez mais a estrutura da produção rural brasileira aos interesses do capital financeiro estrangeiro. Reafirma-se, portanto, a acumulação via espoliação, esta como uma nova maneira de se identificar a acumulação primitiva permanente onde se exacerba o caráter de mercadoria dos elementos da natureza como terra, água doce, florestas, litoral, biodiversidade e subsolo.

[...] Em 2009, as quatro maiores empresas nos ramos das sementes/biotecnologia, agrotóxicos, medicamentos veterinários, melhoramento genético animal e maquinaria agrícola controlavam pelo menos 50% das vendas globais. Considerando as oito maiores empresas desses cinco setores, o controle do mercado em 2009 variou entre 61% e 75%. Segundo os autores do estudo<sup>10</sup>, as empresas aumentaram sua participação no mercado através de duas vias: expandindo suas vendas mais rápido do que suas concorrentes ou (e principalmente) realizando aquisições e fusões com outras empresas do ramo... O estudo também aponta que cinco das sete maiores empresas de sementes (cujo faturamento em 2009 foi de mais de US\$ 600 milhões, cada) são também líderes do mercado de agrotóxicos. São elas: Syngenta, Bayer, Dow, Dupont e Monsanto... Todas essas constatações do estudo são claramente visíveis no campo, também aqui no Brasil<sup>11</sup>.

E, mais:

[...] Os produtores rurais brasileiros estão usando mais defensivos em suas lavouras. Apesar do expressivo crescimento da área cultivada com sementes transgênicas, tecnologia que promete reduzir o uso de químicos na produção agrícola, as vendas desses produtos aumentaram mais de 72% entre 2006 e 2012 - de 480,1 mil para 826,7 mil toneladas -, segundo dados do Sindag, sindicato que representa fabricantes de defensivos no país... As vendas de defensivos movimentaram quase US\$ 8,5 bilhões no Brasil em 2011 - o dobro do apurado em 2005. Trata-se do segundo maior mercado do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos<sup>12</sup>.

É necessário atentar que em 2012 o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Em importante artigo, Oliveira<sup>13</sup> evidencia a lógica dominante da apropriação privada e controle da terra através de dois processos que se articulam: “a territorialização do monopólio e o de monopolização do território”:

[...] estes dois setores (silvicultura e sucoenergético) atuam na lógica da **territorialização do monopólio**, quer dizer, atuam no sentido de produzir em terra própria senão a totalidade, pelos menos a maior parte da matéria-prima que necessitam. Diferente é o que ocorre nos demais setores do campo, como por exemplo, o setor de grãos, onde os grandes monopólios - ADM, Cargill, Bunge, LDC, etc. - não produzem os grãos que monopolizam em terras próprias, por certo

<sup>10</sup> [Amber Waves](#), USDA, dezembro de 2012, citado por ASPTA, [Concentração na área de insumos mais do que dobra em 20 anos – e preços dos insumos sobem mais do que os dos produtos agrícolas](#). Número 614, 18 de janeiro de 2013.

<sup>11</sup> ASPTA, op. cit.

<sup>12</sup> GERSON FREITAS JR. [Uso de defensivos é intensificado no Brasil](#), São Paulo, 30 de julho de 2012, in Sindag News, [http://www.sindag.com.br/noticia.php?News\\_ID=2278](http://www.sindag.com.br/noticia.php?News_ID=2278).

<sup>13</sup> OLIVEIRA, ARIIVALDO UMBELINO (2010). [A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês](#). São Paulo, AGRÁRIA, no. 12, pp. 3-113. Citação p. 79.

elas nem as tem. Ao contrário, dos setores da silvicultura e sucroenergético, no setor de grãos ocorre o processo de **monopolização do território**, pois nele há uma aliança de classe entre a burguesia mundial e a burguesia agrária brasileira que pode ou não ser também, proprietária de terras. Este processo ocorre nos demais setores da agropecuária brasileira e mundial, como aqueles dos diferentes tipos de carnes, leite, citrícola, café, etc. Logo, a presença de empresas e/ou estrangeiros produzindo diretamente nestes setores no Brasil, sempre existiu, porém, nunca representou qualquer ameaça a segurança da pátria. Mesmo porque o capital mundial, inclusive com presença de empresas igualmente mundiais, controlam a economia brasileira [...].

O sucesso da acumulação via espoliação no rural brasileiro descarta como impertinentes tanto a proposta popular de reforma agrária como a hipótese desejável de uma resignificação da relação homem-natureza que se baseie no conceito de produtividade biológica primária. As empresas capitalistas no campo negam a natureza como portadora de direitos, relegando tal conceito e prática a um segundo plano ou ao ostracismo político-filosófico. Isso se deve, sobretudo, às imposições ideológicas e econômicas do capital em considerar a natureza como mercadoria e as atividades nela e com ela apenas negócios.

As desnacionalizações do agrário, com o apoio e incentivo das empresas transnacionais de insumos, já colocou o país numa dependência de uma economia globalizada e absolutamente predatória. Para tanto, as classes dominantes e os governos do país já abdicaram da soberania alimentar e da nacional. Estão convencidos de que o capital, amplo senso, promove o bem-estar social.

É por essa e outras razões menos explícitas que as políticas públicas reforçam essa articulação orgânica entre os interesses das classes dominantes e as concepções e práticas do Estado e dos governos subalternos aos interesses do capital.

Não é, portanto, de se estranhar que a estratégia de capital financeiro na agricultura estimulou os mercados organizados como o de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais. E como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação conforme o caso) e provisão estatal,<sup>14</sup> o pacto na economia política não apenas viabilizaria uma parceria estratégica pelo alto como excluiria a possibilidade efetiva de democratização do acesso à terra.

Nesse sentido pode-se afirmar que a racionalidade neoliberal é a concepção hegemônica na sociedade brasileira. Ela mascara evidências como o fato historicamente demonstrado de que a idolatria do mercado omite que o próprio mercado é uma realidade construída e que requer a intervenção do Estado como um sistema de direito específico que deve garantir o primado absoluto do direito privado sobre o direito público.

## **A NEGAÇÃO DOS CAMPONESES PELO AGRONEGÓCIO**

A discriminação social e o desprezo dos empresários do agronegócio pelos camponeses têm diversos motivos, entre os quais destaco: os resíduos culturais escravagista das classes dominantes no Brasil, a arrogância política dos empresários do agronegócio e a pobreza

---

<sup>14</sup> Cf. DELGADO, GUILHERME COSTA (2012) op. cit.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

monetária da maior parte dos camponeses. A essas qualidades dos dominantes acrescenta a indiferença dos governos em relação aos mais pobres do campo (e da cidade).

[...] O acesso desigual dos camponeses a recursos (educação, capital, terra, recursos naturais, bens e serviços públicos e a carência de sistemas de informação eficientes, capacitação e assistência técnica, geram diferenças em seus rendimentos, em sua capacidade de inovação e produção, assim como em sua participação nos mercados. O 75% dos pobres do mundo vive hoje em área rurais e enfrenta carências de educação, saúde e nutrição por falta de serviços públicos, limitações para o exercício de seus direitos civis e desigualdade no acesso às oportunidades de mercado.

Uma limitação principal da agricultura de pequena escala nos países em vias de desenvolvimento é a pobreza e a exclusão social, especialmente das populações indígenas. Para as mulheres agricultoras, a falta de acesso e controle sobre os recursos acentua o problema. Os camponeses, as populações sem terra, os diaristas e os povos que vivem de pastoreio, a caça e a pesca tradicionais estão entre a gente mais discriminada e vulnerável em muitas partes do mundo.

Atualmente o apoio aos camponeses e às comunidades rurais é insuficiente: só quatro por cento da cooperação internacional para o desenvolvimento é destinada à agricultura e a maioria dos governos nacionais prioriza os investimentos em desenvolvimento agrícola em grande escala [...] <sup>15</sup> (tradução literal do espanhol por HMC)

É muito elevado o número de camponeses pobres. Conforme o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 haveria 3,8 milhões de estabelecimentos rurais (72,96% do total de estabelecimentos) com Valor Total da Produção Declarada (VTPD) inferior a 2 salários mínimos mensais (smm), representando aproximadamente 4% do total do VTPD dos estabelecimentos rurais do país.

Por outro lado, 424 mil estabelecimentos que declararam obter mais do que 10 smm, representando 8,2% do total dos estabelecimentos, obtiveram 85% do VTPD. E desse total de estabelecimentos com VTDP maior do que 10 smm, 22,2 mil (0,4 % do total) obteve 51, 34% do total do VTPD.

A acentuada concentração da terra e da riqueza no campo onde 56,12% do total dos imóveis eram considerados em 2010 como de grande propriedade (INCRA) e 22 mil estabelecimentos rurais com renda bruta superior a 200 smm (IBGE – 2006) representando 0,43% do total dos estabelecimentos auferiu 51,34 % do total da renda bruta, aliada à histórica concentração da terra no país e a rejeição social dos pobres, pode ser considerada em seu conjunto como a principal causa das desigualdades sociais extremadas no país, dela derivando o encantamento dos governos pelos negócios dos empresários rurais.

Essa hipótese, quem sabe uma tese, sugere que a postura de submissão dos governos às empresas transnacionais de insumos (entre outras) é potencializada pelo agronegócio cujo produtivismo insano, que lhe corrói a sensatez e o torna cativo das empresas transnacionais de insumos em especial aquelas que oferecem sementes geneticamente modificadas --- sejam elas

<sup>15</sup> AGRICULTURES. El papel de los campesinos en la agricultura orgánica, Posição de IFOAM, in LEISA revista de agroecologia, dezembro 2012, vol. 28 nº 4. Posición de IFOAM.

as transgênicas sejam as mutagênicas, é respaldado por um Estado que é orgânico e subalterno aos interesses dominantes.

E para os empresários das empresas capitalistas agrárias tudo leva a crer que o modelo de produção e tecnológico que praticam seja a única via que permitiria a geração de elevada renda e lucro compatíveis com o uso burguês espoliativo dos recursos naturais e, em especial, das terras agricultáveis no país.

Não é concebível nesse modelo dominante qualquer relação com a natureza e com os trabalhadores que não se baseie na acumulação via espoliação dos recursos naturais e a subalternização dos camponeses aos seus interesses de classe.